

O PARADOXO DA CULTURA DE MASSAS: DEMOCRACIA EM CRISE E CENSURA DISFARÇADA

THE PARADOX OF MASS CULTURE: DEMOCRACY IN CRISIS AND DISGUISED CENSORSHIP

ANDRÉ CHAVES DE MELO SILVA

Jornalista. Historiador. Mestrando em Educação pela Faculdade de Educação (FE) da Universidade de São Paulo (USP). Professor do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação de Jovens e Adultos do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEA) da FE. Assessor de pautas da Coordenadoria de Comunicação Social da USP (CCS). Co-autor do livro *O desafio de ensinar ciências no século XXI* (Estação Ciência e Edusp, 2000). Colaborador dos jornais *Folha de S. Paulo* (Folha Ciência e Sinapse), *Gazeta Mercantil* e *Jornal da USP*. Colaborador das revistas *Superinteressante*, *Galileu*, *Educação*, *Reportagem*, *Saúde*, *Boletim da Agência USP de Notícias*. Colaborador da Rádio USP e da USP On-Line (Portal da USP na Internet).

SUMÁRIO: 1. Introdução – 2. Controle e persuasão – 3. Os cinejornais: censura e propaganda disfarçada – 4. Conclusão.

RESUMO: O artigo analisa os recentes sintomas de uma possível crise mundial da democracia contemporânea, centralizando seu foco na guerra de informação iniciada a partir do atentado do 11 de setembro e das tentativas de diminuir a autonomia da atuação da imprensa e da justiça. Para isso, analisa a criação e uso dos cinejornais pelo Estado Novo enquanto instrumentos disseminadores das idéias e valores voltados para a criação de uma nova identidade nacional, adequada aos interesses do governo, procurando ilustrar porque o controle da mídia, especialmente da eletrônica, é considerado vital pelos que têm interesse em restringir as liberdades democráticas.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Crise democrática. Indústria cultural. Cinejornais. Censura. Controle da imprensa e da justiça.

ABSTRACT: This article analyses the recent symptoms of a possible world crisis in current democracies. We centralise our focus on the propaganda war which begun after the 11 September attacks and the attempts to restrict the autonomy of the press and the courts. We therefore examine the creation and use of newsreels by the New State as the means to disseminate ideas and values to create a new national

identity. An identity that reflects the wishes of the government. We aim to show that the control of the media, and especially electronic media, is considered vital by those who want to restrict democratic freedoms.

KEY WORDS: Democracy. Democratic crisis. Cultural industry. Newsreels. Censorship. Control of the press and courts.

Recebido para publicação em fevereiro de 2004.

1. Introdução

Um dos conceitos mais discutidos e defendidos em diferentes instâncias é o da democracia. Temos questões que variam desde a análise da concepção clássica deste sistema político e de governo, passando pela defesa dos direitos humanos, preservação do meio ambiente e outras esferas da vida social atual que têm sua origem no ambiente democrático e chegam ao questionamento, cada vez mais intenso e atual sobre se vivemos, efetivamente, em uma democracia. O fato é que todo esse debate, apesar do conceito de democracia e sua aplicação prática terem suas origens na Grécia da Antiguidade Clássica, permanece extremamente atual, na medida em que vivemos um período onde diariamente surgem fatos e eventos que nos permitem concluir que a democracia está mundialmente em crise, o que inclui países que, por décadas ou mesmo séculos se caracterizaram como baluartes dessa forma de organização.

Entretanto, cabe aqui uma clara diferenciação entre a concepção clássica de democracia em algumas das *pólis* gregas, especialmente em Atenas e em suas ex-colônias, e sua concepção atual, originária na moderna civilização européia ocidental. Ao contrário do que muitos acreditam, Atenas, no auge do seu desenvolvimento, era um im-

pério marítimo comercial que constantemente fundava novas *pólis* ou colônias pelas costas do Mar Mediterrâneo. Algumas dessas cidades-estados conseguiam, com o passar do tempo, sua emancipação, mantendo após esse feito o sistema político desenvolvido por sua mãe: a democracia. Outras, ao contrário, optaram pela tirania de alguns dos seus membros mais proeminentes, como posteriormente acabou acontecendo com a própria Atenas. Entretanto, tanto o núcleo central da civilização ateniense como suas colônias e ex-colônias que seguiam a democracia adotavam um sistema “democrático” onde escravos e metecos (estrangeiros) não eram considerados cidadãos e, portanto, se encontravam marginalizados nos processos decisórios, pois não tinham direito a voto nas assembleias populares. Esse fato nos leva a considerar, se seguirmos a concepção atual de democracia, que o sistema grego não passava de uma ditadura de poucos, visto que a maior parte do trabalho era realizada por escravos e uma parcela extremamente considerável do comércio desse império era controlado pelos estrangeiros, os quais, todavia, não podiam decidir diretamente os destinos da terra que tinham escolhido para viver. Claro que, em um contexto como esse, pode ser que tenha havido casos de clientelismo, com estrangeiros corrompendo cidadãos para esses votarem em temas do seu inte-

resse, o que não altera o fato de a democracia ateniense ser, na verdade, um regime de exceção.

Se abrirmos um pouco mais nosso foco e nos determos na análise do mundo grego como um todo espalhado pelas bordas do Mar Mediterrâneo, veremos que a maior parte dos Estados gregos, incluindo as *polies* fundadas nas costas asiáticas, africanas, italianas e ibéricas, eram monarquias. Com exceção de Esparta que, apesar de contar com dois reis, em seu apogeu, passou a ser uma ditadura militar, assim como as poucas cidades que fundou.

Ao considerarmos a concepção atual de democracia, do governo do povo, pelo povo, para o povo, por meio da eleição de representantes, a impressão que temos é que tudo caminha bem. Entretanto, um olhar mais apurado nas características do funcionamento desse sistema ao longo do século XX, com o gradual estabelecimento de uma maior liberdade política e cultural, apesar dos reveses ditatoriais esporádicos, nos mostra que não é bem assim.

Talvez o maior exemplo do florescimento da liberdade tenha ocorrido nos países americanos, com a absorção, aceitação e inclusão, por meio da concessão da cidadania – não instantânea, pois isso não daria tempo para as elites dominantes se adaptarem as novas relações, ameaçando sua continuidade no poder – a enormes contingentes de imigrantes que, fugindo da instabilidade de seus países, vieram trabalhar nas atividades agropecuárias, industriais e, mais tarde, de serviços, sendo o principal fator da gigantesca expansão populacional vivida no período. Não cabe nos retermos aqui no fato de que esses países, incluindo o Brasil, estimularam o processo, devido à demanda gerada pelo crescimento econômico da época que exigia grandes quantidades de mão-de-obra e

sua inclusão como forma de controle. Claro que preconceitos e problemas existiam, mas o fato é que tivemos nesse período avanços nessa questão nunca vistos antes.

Atualmente continuamos a conviver com processos migratórios, especialmente para países onde a economia continua em expansão, ao mesmo tempo em que a população tem envelhecido e aumentado seu nível de instrução escolar e profissional. Isso ocorre especialmente nos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental, Canadá, Estados Unidos e Japão. O problema é que a expansão econômica atual é muito menor que a vivida há poucas décadas, o que não permite a esses países ficarem em uma posição confortável diante de um mal mundial: o desemprego. É a partir desse fato, além de valores culturais que levam à exclusão, que a discriminação de grandes contingentes populacionais tem ocorrido. E os imigrantes compõem parcelas cada vez mais importantes da população em determinados países, como os nortes-africanos na França (em sua maioria muçulmana), os turcos na Alemanha, os hispânicos, na maior parte mexicanos e seus descendentes, apesar dos milhares de brasileiros, nos Estados Unidos, cujas projeções populacionais garantem que em poucos anos eles e seus descendentes representarão metade da população do gigante do Norte.

É desse contexto que ressurgiu, na última década, com muita força em diferentes segmentos sociais, valores nazifascistas e ditatoriais, alimentados pela negação da cidadania para grandes contingentes populacionais que ficam a margem da sociedade para a qual, entretanto, são fundamentais enquanto mão-de-obra barata e pólo gerador de maior quantidade de jovens, esses sim rapidamente aceitos como cidadãos (por meio do nascimento), com direito a frequentar escolas e, portanto, a

aprender os valores dominantes, garantia de um déficit menor do sistema previdenciário, visto que são os mais jovens, com suas contribuições, os co-responsáveis, junto com verbas governamentais, pelo pagamento das aposentadorias, problema que tem se agravado nesses países, onde o crescimento demográfico é ínfimo enquanto o envelhecimento da população quase absoluto. Mas não se trata de voltarmos ao tempo dos mitecos, até porque a história nunca se repete, ao contrário do que acreditam alguns, ainda presos a concepções cíclicas dos acontecimentos históricos que os levam a cometer anacronismos. Ou, para o pragmático que somente acredita em novas idéias a partir da apresentação de argumentos ilustrativos, até porque os filhos dos mitecos continuavam a ser mitecos, mesmo tendo nascido em Atenas.

O problema é que, nessa situação, assistimos forçosamente ao fortalecimento da seguinte situação: sociedades com cidadãos com plenos direitos e com pessoas de segunda classe o que contradiz a concepção atual de democracia na medida em que boa parte das pessoas não pode votar por não ter nascido no país que escolheram para morar e construir suas vidas, mesmo que presentes nessa realidade há muitos anos e sem qualquer intenção de voltar para suas origens.

Podemos pensar que esse é um fenômeno que se arrasta há anos, sendo notório principalmente a partir do início dos anos 90. De fato, temos acompanhado uma série de acontecimentos nesse sentido. Mas o maior problema são os efeitos desse contexto, que alimentam a idéia de que a manutenção do lucro deve ser mantida de qualquer maneira, ainda que seja necessário sacrificar determinados direitos e liberdades, caminho talvez mais fácil, mas não único para manter o funcionamento da

atual sociedade. Na prática, ao sacrificar os valores que há décadas definem nossa sociedade e identidade, estamos efetivamente promovendo uma transformação sem volta, apesar da ilusão conservadora. Ou seja, os que acreditam que com isso conseguirão manter tudo como está são os principais responsáveis pela ruína.

Refiro-me especificamente ao contexto gerado a partir do atentado do 11 de setembro de 2001 e, de maneira mais aprofundada, após a última guerra no Iraque. Além das restrições das liberdades civis e do aumento das dificuldades para a entrada e permanência de estrangeiros nos Estados Unidos, o que mais nos chama atenção é a guerra da informação empreendida desde então, a começar pela divulgação de que o Iraque contava com milhares de armas de destruição em massa, dado ainda não comprovado, apesar das forças invasoras há meses procurarem por elas. Sem contar as denúncias sobre pressões vividas pela mídia para que não fossem divulgadas determinadas cenas consideradas prejudiciais às forças invasoras.

Entretanto, o caso mais emblemático de que a democracia tem sofrido sérios abalos ocorreu recentemente na Inglaterra, envolvendo seu primeiro-ministro, Tony Blair, e a mundialmente conhecida rede estatal de televisão BBC. Independentemente da culpa ou não de ambas as partes, das acusações de que o juiz do caso foi favorável ao governo e extremamente duro com a emissora, ou de que o jornalista errou ao ouvir apenas uma fonte, o fato é que a informação principal da matéria, de que o Iraque não tinha armas de destruição em massa e foi atacado sob esse argumento, continua válida. Também não cabem aqui análises se Saddam Hussein era um ditador ou um defensor dos países pobres contra o imperialismo. O fato é que o pano de fundo, a

disseminação pelo governo de uma informação que não foi comprovada, continua. E, pior, a condenação da BBC – o que levou seu presidente a pedir demissão – tem fortalecido o plano do governo de diminuir sua histórica independência, por meio de revisões em seu estatuto. Acontecimentos recentes em um dos países onde a democracia contemporânea surgiu.

2. Controle e persuasão

As tentativas de controle ou redução da liberdade de pensamento foram comuns ao longo da História. Entretanto, com o surgimento da imprensa, graças à criatividade do alemão Hans Guttemberg, criador da impressora de tipos móveis, as práticas de controle e censura entraram em uma era de constante aperfeiçoamento diante do desafio de controlar milhares de livros e outros impressos que começaram a circular de maneira crescente. O advento das mídias eletrônicas, dada sua velocidade de transmissão e o fato de atingir um número muito maior de pessoas, excluídas do mundo das letras por serem analfabetas, lançou um desafio maior ainda, respondido, em muitos países, especialmente os que passaram por regimes ditatoriais ou totalitários, com censuras prévias e com a organização de órgãos de produção midiática. Isso ocorreu principalmente a partir do final da década de 20 e ganhou muito vigor nos anos 30. É nessa década que a Alemanha passou a contar com intensa programação de rádio oficial, cuja função era transmitir a ideologia do regime hitlerista. O cinema, cujo apelo da imagem fascinava e continua despertando paixões em multidões, também passou a ter uma produção fortemente política, diretamente comprometida com os donos do poder. Na Itália também ocorreu processo semelhante, o que incluiu a cria-

ção da Luce, órgão responsável pela produção do cinema educativo da época. E, nos Estados Unidos, o cinema viveu uma profunda expansão e começou a veicular com bastante frequência temas que interessavam ao governo, na medida em que faziam propaganda externa dos valores que permeavam o funcionamento da sociedade norte-americana.

O fato é que, ao contrário do controle sobre a imprensa escrita e sobre os livros – levado ao extremo na Alemanha com a queima nas praças públicas de milhares de exemplares –, pautado pela restrição direta da circulação,¹ o controle da imprensa eletrônica ocorreu por meio do mecanismo contrário: o da organização e tomada do espaço de circulação das obras produzidas pelo governo, em detrimento da imprensa livre, ou seja, restringindo as possibilidades de circulação do pensamento. E, na prática, esse tipo de controle é mais perigoso para a democracia, pois, na medida em que as imagens, somadas à oralidade, aos sons, constituem uma mistura poderosa e de impacto imediato sobre as pessoas, por unir o entendimento visual de imagens criado pela impressão em larga escala com a antiga tradição de entendimento e transmissão oral do conhecimento.²

Trata-se, portanto, de um paradoxo: o advento da cultura de massas, ao mesmo tempo em que alimenta e permite a divulgação e o exercício da democracia, defendida pela maioria dos grupos de direita, centro e esquerda – divisão cada vez mais tênue –, também pode servir como instrumento limitador do exercício democrático, caso seja essa a intenção dos seus produtores. Desse fator emana o risco de vivermos um controle direto pelo poder político, qualquer que seja seu mandatário, da mídia. Claro que há excessos, erros, abusos, mas isso são problemas comuns a quais-

quer instituições humanas. E a melhor forma de evitá-los ou puni-los é mantermos a liberdade da sociedade para formar opinião e dos órgãos de justiça legalmente constituídos.

No Brasil, apesar desse controle não ter sido tão abrangente quanto o que ocorreu na Europa, tivemos a criação, durante o Estado Novo (1937-1945), dos cinejornais. Produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com duração média de 8 minutos, esses filmes foram concebidos para serem instrumentos de propaganda do regime, interessado na construção ideológica de uma identidade nacional que servisse aos seus propósitos. Exibidos em cidades de grande e médio porte e em muitas de tamanho pequeno – onde o governo estimulou a construção de pequenos cinemas –, esses cinejornais estão na raiz da criação dos telejornais, dado seu caráter informativo, apesar do comprometimento ideológico.

Objetos de estudo de uma pesquisa que estou realizando, ao trazerem em suas linhas e entrelinhas muitas das idéias e conteúdos contidos nos programas e currículos do ensino de História, concebidos pela Reforma Francisco Campos (1930), essas obras cinematográficas contribuíram para as ações do DIP, também baseadas na criação de programas radiofônicos, publicação de livros e outros materiais de propaganda, ações que se somavam às atividades dos censores do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), fiéis defensores do *status quo* de quem estava no poder.

3. Os cinejornais: censura e propaganda disfarçada

Na prática, o que Getúlio e seus assessores fizeram foi uma verdadeira inunda-

ção de material propagandístico disfarçado, na maioria das vezes, com uma roupagem de veículo de informação, que passou a ocupar a maior parte do espaço do nascente mercado midiático brasileiro. Também cabe destacar aqui a censura implícita, na medida em que esses programas de rádio e cinema excluíaam os valores e os interesses das elites regionais em favor de uma identidade nacional uniforme, ideologicamente criada e ainda em processo de construção. Não que esses programas não informassem, mas informavam formando, ou seja, transmitiam os fatos com uma altíssima carga ideológica, formando mentes alinhadas e defensoras dos valores dominantes. De fato, basta pensarmos que, ao ser retirado do governo por militares e setores da elite desejosos de tomar para si o poder, Getúlio Vargas consegue retornar ao Palácio do Catete logo após o término do mandato de seu sucessor (e amigo), Eurico Gáspar Dutra, em uma das votações mais expressivas da história de um candidato à presidência da República. Também é notório que, ainda, hoje, em toda campanha, para quaisquer cargos, Getúlio é citação obrigatória para dezenas, centenas de candidatos, o que demonstra a eficácia dessa estratégia oficial.

Destacamos, ainda, que a ação do DIP coincidiu com um momento de formação do mercado midiático nacional que, diferente do que ocorreu na França e na Inglaterra, viveu a partir dos anos 30 um processo de aceleração da formação de uma classe operária, do surgimento de uma pequena produção fílmica, do crescimento dos jornais, rádios e editoras, enquanto, nesses outros países, o mercado de mídia cresceu durante o século XIX, baseado no aumento da produção de livros (principalmente romances e folhetins) e jornais, atendendo às demandas dos novos grupos

de leitores, operários, mulheres e crianças.³ O Brasil, portanto, viveu um fenômeno tardio, vinculado às mudanças econômicas que ocorreram no século XX, dadas as diferenças de desenvolvimento econômico.

Na prática, tratava-se de um dilema vivido pelo governo. O aumento do nível de industrialização exigia um aumento do nível de escolarização da população. Entretanto, o fato de mais pessoas aprenderem a ler significava maior risco para o regime getulista. Era esse também o problema que enfrentava a Igreja Católica, receosa (e com razão) de que quanto mais conhecimentos os cristãos tivessem, maior seria o questionamento sobre o seu poder.⁴ Como afirma Manguel: “Quem é capaz de ler uma frase é capaz de ler todas. Mais importante: esse leitor tem agora a possibilidade de refletir sobre a frase, de agir sobre ela, de lhe dar um significado. (...) Por todos esses motivos, ler tinha que ser proibido”.⁵

Como não era possível proibir a leitura, o caminho encontrado pela Igreja foi a criação de manuais de conduta, onde eram publicadas listas formadas por títulos de livros e sua classificação, de acordo com o grau de periculosidade escolhido pelos redatores. No caso do governo de Getúlio Vargas, semelhante ao que outros governos faziam, como o da Alemanha nazista, o caminho foi investir no controle da educação e nos meios de comunicação eletrônicos (cinema e rádio), que começavam a despontar como excelentes instrumentos de controle das massas.⁶

Na verdade, o grande perigo contido na leitura e no acesso à mídia eletrônica – segundo acreditam os donos do poder avessos à democracia – está no fato de que as pessoas absorvem as mensagens contidas em um mesmo texto e contexto de maneiras diferentes, para desespero dos ditadores e moralistas de plantão. Sobre

isso, Roger Chartier escreveu: “(...) Uma história do ler afirmará (...) que as significações dos textos, quaisquer que sejam, são constituídas, diferencialmente, pelas leituras que se apoderam deles”.⁷

Cabe notar que, para cumprir seu intento, o governo de Getúlio Vargas recrutou alguns dos maiores intelectuais da época, caso de Mário de Andrade, que foi funcionário do Ministério da Educação. Não que isso fosse uma novidade no cenário nacional, apesar de, com certeza, nessa época, a prática ter tomado um enorme impulso, graças ao aumento da formação de profissionais de nível superior pelas nascentes universidades e as oportunidades abertas pela reorganização da máquina estatal, vital para o exercício do poder da ditadura. Para se ter uma idéia de como a prática era comum, inclusive em regimes considerados abertos e democráticos, caso do governo de D. Pedro II, Sonia Salomão Khéde cita alguns dos intelectuais brasileiros famosos que serviram a esse propósito durante o período imperial e na virada para a República, notadamente exercendo a atividade de censor. São eles: Martins Pena, Araújo Porto-Alegre, José Rufino Rodrigues de Vasconcelos, Machado de Assis, Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar, João Caetano, Castro Alves, entre outros. Isso porque, como a própria autora diz: “Embora esses intelectuais mantivessem um relacionamento mediatizado com o mundo da produção, funcionavam como ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções de hegemonia social e política e participavam do consenso ‘espontâneo’ que as grandes massas lhes atribuíam em função do seu prestígio”.⁸ De fato, o melhor jeito de dominar alguém é transformá-lo em um ente igual a você. Daí, atualmente, o processo de aculturação empreendido pela indústria cultural dos

países mais ricos, em escala mundial, cuja aceleração se desenvolveu de uma maneira brutal na década de 1990 e, mais ainda, a partir do 11 de setembro.

Isso nos faz lembrar as palavras de Sérgio Buarque de Holanda, em seu clássico *Raízes do Brasil*, segundo as quais a elite dirigente brasileira somente é reformista quando isso se torna necessário para sua manutenção no poder, ou seja, para a ocultação de seu conservadorismo sob uma máscara formada por inúmeras reformas.⁹

Entretanto, o cerco à oposição e a manutenção do regime precisavam ser garantidos de outras maneiras: por meio de uma educação que criasse mentes alinhadas, incluindo a formação de profissionais para trabalhar na estrutura técnico-administrativa que estava sendo organizada – cujo principal instrumento era o ensino secundário – e da produção de material de propaganda do governo, onde eram destacadas as “admiráveis características” do povo brasileiro, bom, trabalhador, unido, corajoso, heróico, semelhante aos “grandes” vultos de sua história, em detrimento dos regionalismos, do sincretismo religioso, dos conflitos e tensões existentes entre ricos e pobres e grupos políticos antagônicos.¹⁰

Essa prática foi intensificada a partir de 1937, com o Estado Novo, o qual passou a produzir quantidades cada vez maiores e mais variadas de materiais, incluindo documentários, filmes, livros, programas de rádio, entre outros, e instituiu o controle indireto e, em alguns casos, direto, sobre alguns veículos de imprensa não alinhados com o regime, caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, que chegou a ser confiscado.

Mas, porque tanto interesse dos regimes ditatoriais pelos veículos de comunicação eletrônicos? Será que a imagem, somada ao som, transmitidos pelos filmes do cinema

e pelos programas de televisão são mais eficazes na transmissão das mensagens que os livros? A princípio, a resposta parece ser sim. Para entendermos um livro, precisamos necessariamente transportar, construir os objetos ideais presentes em suas páginas, transformando-os em uma representação dos objetos reais, ou seja, da realidade,¹¹ enquanto que os filmes, por exemplo, “parecem” nos trazer um conjunto de imagens reais, captadas pelas lentes das câmeras, abolindo ou suprimindo essa etapa de construção presente na leitura do impresso, ou seja, permitindo uma absorção praticamente instantânea das mensagens presentes nas obras cinematográficas e televisivas, ao mesmo tempo em que elimina um fator desagradável para os antidemocráticos, criado pela construção dos objetos ideais, que é o desenvolvimento do raciocínio, da capacidade de construir análises, conhecimento. Além disso, utilizei a palavra parecem entre parênteses porque é exatamente isso que ocorre: as imagens que compõem as obras cinematográficas e televisivas são apenas meras representações da realidade, montadas, encaixadas por processos de edição que são responsáveis pela construção do sentido de uma obra dessa natureza, cujas mensagens refletem as intenções de seus criadores. Hoje em dia, inclusive, com o alto grau de desenvolvimento dos efeitos especiais, em muitos filmes entramos em contato com imagens que são representações puras da realidade, sem ter nenhum vínculo pré-existencial com seu objeto de imitação. Nesse perfil se encaixam, por exemplo, os filmes de ficção. Claro que nesses casos o objetivo principal é o entretenimento. Mas, de qualquer forma, poucos não se iludem quando, sentados diante de uma película, precisam apreender rapidamente as imagens que instantaneamente passam a sua frente. Somente depois é que nosso exer-

cício mental nos convence que a maior parte daquilo é construção. Daí o enorme potencial de manipulação que a imagem, seja televisiva ou cinematográfica, encerra. E daí o interesse das ditaduras nesse tipo de mídia.

Os cinejornais surgiram, na época, como um instrumento de informação e de complementaridade no processo educativo, apresentando-se como programas informativos, de leitura do mundo, prontos para imergir a população numa era de progresso e tendo, principalmente, relação direta com o ensino de História, na medida em que boa parte dos conteúdos trabalhados por ambos era idêntica e apresentavam a meta de formar uma nova identidade nacional.¹² A utilização do cinema como ferramenta educativa a partir desse período foi resultado de uma série de discussões ocorridas nos meios intelectuais durante os anos 20, sobre a criação de um cinema educativo nacional. Segundo Eduardo Morettin, a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo, o INCE, e de seu primeiro filme, *Os Bandeirantes* (de Humberto Mauro), permitiu que os pressupostos estéticos e pedagógicos definidos pelos educadores que defendiam o uso de obras cinematográficas no ensino fossem colocados em prática.¹³

Daí novamente o enorme poder de uso do cinema e da TV. Eles podem ser usados tanto para a educação e entretenimento como para a propaganda política. Daí a diferença para os livros e jornais, considerados perigosos e incômodos por quem está no poder. Porque, em muitos casos (claro que há as exceções), suas linhas não encerram o que o público já espera, de antemão, ver. Para a leitura, para sua compreensão, torna-se necessário que o cérebro construa os objetos ideais contidos ali, se aproximando do real, em um exer-

cício com amplo espaço para a análise e o exercício da crítica.

4. Conclusão

Fizemos um breve relato da criação dos cinejornais pelo Estado Novo enquanto instrumentos de disseminação de idéias e valores voltados para o estabelecimento de uma identidade nacional mais adequada aos interesses do regime, que era a de ter um povo trabalhador, honesto, capaz de empreender a marcha de colonização para o quase desabitado oeste do País, unificado, onde as diferenças culturais praticamente não existiam. Essa iniciativa se encaixava na proposta de utilização educativa do cinema, criada a partir das discussões dos intelectuais dos anos 20.

Nosso objetivo foi ilustrar com um exemplo concreto, do passado recente, como é que os governos ditatoriais – caso da Era Vargas, que se estendeu de 1930 a 1945 – e totalitários priorizam o controle da imprensa, especialmente da eletrônica, e do cinema.

Apesar de não termos assistido no mundo ocidental contemporâneo nada que recentemente chegue perto disso, os últimos eventos relacionados à guerra da informação empreendida pelas potências e a crise da BBC, que pode ter sua autonomia e independência reduzidas nos próximos anos, são indícios claros de que o sistema democrático está em crise. Até porque comprovadas inverdades veiculadas por agentes governamentais têm provocado reações, mas seus responsáveis na maioria dos casos continuam ocupando suas posições, o que nos leva a concluir que os setores democráticos organizados da sociedade precisam urgentemente se unir em torno de uma estratégia de mobilização da população mundial em prol da manutenção da democracia.

E, na esteira disso, é preciso analisar com extremo cuidado quaisquer propostas de mecanismos de fiscalização e controle sobre a mídia e a justiça. A intenção de eventuais reformadores pode ser boa, mas, dependendo da sua configuração, periga-se em construir grandes estruturas de poder que, no futuro, se caírem nas mãos de governos inescrupulosos, podem ameaçar a democracia. Para isso, é necessário que profundas discussões sejam feitas e que a participação da sociedade civil nesses organismos seja ampla, diminuindo as possibilidades de ingerências políticas.

Além de tudo o exposto, também temos que ter especial atenção nas próximas eleições presidenciais dos Estados Unidos, cujo resultado vai influir nos acontecimentos futuros relacionados ao tema e no comportamento da sociedade diante dos mesmos.

NOTAS

1. MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, s/d. O autor cita uma passagem muito ilustrativa da violência dos atos de censura, descrevendo um depoimento do jovem Goethe, que logo após testemunhar a queima de um livro em Frankfurt, Alemanha, sentiu que havia presenciado uma verdadeira execução. De fato, como Manguel afirma, os censores que queimam livros acalentam a ilusão de que podem cancelar a História e abolir o passado, ou seja, de que podem impedir a formação do pensamento crítico.
2. ONG, W. *Impressão, espaço e fechamento. Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. São Paulo: Papirus, s/d.

3. LYONS, M. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, G. e CHARTIER, R. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, s/d. vol. 2.

4. PAIVA, Aparecida. A Leitura Censurada. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras/ALB, 2000. Publicado originalmente no *Jornal Leitores & Livros*, n. 36, Rio de Janeiro, agosto de 2002.

5. MANGUEL, A. *Uma História da leitura*, cit., p. 415.

6. Idem, *ibidem*, p. 316.

7. CHARTIER, R. Do livro à leitura. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

8. KHÉDE, S. S. *Censores de pincenê e gravata: dois momentos da censura teatral no Brasil*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

9. HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, s/d.

10. Essa questão é abordada de forma muito elucidativa no livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, de Marilena Chauí. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

11. ISER, W. A assimetria de texto e leitor. *O ato da leitura*. vol. 2, p. 108.

12. A formação de uma nova identidade nacional na Era Vargas é analisada por Kátia Maria Abud em diferentes obras e artigos. Entre eles podemos citar *Formação da alma e do caráter nacional: ensino de história na era Vargas*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 36, 1998.

13. MORETTIN, E. V. *Cinema e história: uma análise do filme "Os Bandeirantes"*. Dissertação defendida, em 1996, na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo-USP.